

POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS **CARVALHO, SICA, MUSZKAT, VIDIGAL E CARNEIRO SOCIEDADE DE ADVOGADOS**

1. Declaração de Privacidade

Esta Política de Privacidade e Proteção de Dados (“Política”) do Carvalho, Sica, Muszkat, Vidigal e Carneiro Sociedade de Advogados (“CSMV” ou “Escritório”) tem por objetivo dar transparência à maneira com a qual o CSMV coleta, usa, compartilha ou de qualquer outra forma trata os dados pessoais a que tem acesso no contexto de suas atividades como escritório de advocacia.

Assim, o Tratamento de dados pessoais pelo CSMV poderá ocorrer (i) quando é acessado o nosso website “www.csmv.com.br” (“Website”); (ii) durante o processo de cadastramento de candidatos a posições de trabalho no CSMV (por meio de nosso Website ou e-mail); (iii) quando nossos serviços são contratados (incluídos aqui dados pessoais eventualmente compartilhados por ocasião de reuniões de prospecção e de trabalho); ou (iv) quando da contratação de prestadores de serviços e parceiros de negócios, envio de comunicações relacionadas e cumprimento das obrigações contraídas.

A presente Política reafirma o compromisso do CSMV em garantir a privacidade e proteção dos dados pessoais sob a sua guarda, em cumprimento à Lei nº 13.709/18, a Lei Geral de Proteção de Dados (“LGPD”) e à Lei nº 12.965/2014 (“Marco Civil da Internet”), especificamente com relação aos nossos canais de relacionamento por meio da internet, bem como o sigilo profissional aplicável ao relacionamento do CSMV e nossos integrantes com os clientes, na forma do Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil e da Lei nº 8.906/1994 (“Estatuto da Advocacia”).

Em caso de quaisquer dúvidas em relação à presente Política, bem como para solicitações de qualquer natureza, favor contatar nosso Encarregado de Tratamento de Dados Pessoais, utilizando-se de qualquer um dos canais de comunicação abaixo:

Envio de Correspondências:

CARVALHO, SICA, MUSZKAT, VIDIGAL E CARNEIRO SOCIEDADE DE ADVOGADOS

Av. Brig. Faria Lima, 1.461, Torre Sul, 9º andar, cjs. 91/94

São Paulo – SP

CEP-01452-002

a/c: Encarregado de Tratamento de Dados Pessoais

E-mail: dpo@csmv.com.br

2. Definições

Para a elaboração desta Política, foram utilizadas as seguintes definições:

Dados Pessoais. Informações relacionadas a pessoa natural identificada ou identificável, representando todos e quaisquer dados que identificam um indivíduo ou através dos quais possa ser identificado um indivíduo. Os Dados Pessoais podem ser uma foto, o nome completo, número de qualquer dos documentos de identificação pessoal (CPF, RG, Título de Eleitor, Carteira Profissional, etc.), informações sobre nacionalidade, profissão, endereço, gênero, localização geográfica, dados bancários, dados de navegação de internet e outros.

Dados Pessoais Sensíveis. Dados Pessoais sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde, à sexualidade, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural. Os Dados Pessoais Sensíveis, além de identificar um indivíduo, podem revelar ainda outras informações associadas a este indivíduo. Para efeito da presente Política, Dados Pessoais Sensíveis são um tipo específico de Dados Pessoais.

Banco de Dados. Conjunto estruturado de Dados Pessoais, estabelecido em um ou em vários locais, em suporte eletrônico ou físico, compreendendo todo e qualquer local (virtual ou físico) no qual o CSMV armazena Dados Pessoais.

Titular. Pessoa natural a quem se referem os Dados Pessoais que são objeto de tratamento, assim considerado todo indivíduo que tiver seus dados coletados pelo CSMV, bem como todo aquele indivíduo que tiver seus Dados Pessoais compartilhados com o nosso Escritório.

Controlador. Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de Dados Pessoais que, para efeito desta Política será em regra o CSMV, excetuadas as hipóteses em que o CSMV atuar apenas como Operador dos Dados Pessoais.

Operador. Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o Tratamento de Dados Pessoais em nome do Controlador, que corresponderá em alguns casos ao CSMV.

Tratamento. Toda operação realizada com Dados Pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração, no âmbito das atividades do CSMV como escritório de advocacia.

Encarregado de Tratamento de Dados Pessoais. Pessoa indicada pelo Controlador/Operador para atuar como canal de comunicação entre o Controlador/Operador, os Titulares e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (“ANPD”).

Consentimento. Manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o Titular concorda com o Tratamento de seus Dados Pessoais para uma finalidade determinada.

Incidente de Segurança. Evento adverso relacionado à violação na segurança de Dados Pessoais, tais como acesso não autorizado, acidental ou ilícito que resulte na destruição, perda, alteração, vazamento, publicação indevida de informação protegida ou qualquer forma de tratamento de dados inadequada ou ilícita, os quais possam ocasionar risco para os direitos e liberdades do Titular dos Dados Pessoais.

3. Observância aos Princípios de Tratamento de Dados

O CSMV realiza o Tratamento de Dados Pessoais apenas para propósitos legítimos, específicos, explícitos, adequados e necessários à prestação de serviços jurídicos, para comunicações institucionais direcionadas a seus clientes (quando assim autorizado), para recrutamento e seleção de seus colaboradores, e para contratação de prestadores de serviços e parceiros de negócios, sem a possibilidade de Tratamento posterior de forma incompatível com as finalidades acima.

O CSMV garante aos Titulares o livre acesso aos seus Dados Pessoais, de forma que sua consulta a referidos dados seja realizada de maneira facilitada, garantindo ainda aos Titulares transparência no fornecimento de informações exatas e completas sobre a forma e duração do Tratamento dos Dados Pessoais.

O CSMV utiliza-se de todas as medidas técnicas e administrativas necessárias para proteger os Dados Pessoais objeto de Tratamento de (i) acessos não autorizados e (ii) situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão, adotando ainda medidas para prevenir quaisquer danos aos Titulares, decorrentes do Tratamento de Dados Pessoais, bem como para coibir qualquer Tratamento de Dados Pessoais para fins discriminatórios, ilícitos ou abusivos.

4. Dados Coletados, Finalidade e Meios de Coleta

Seguem abaixo exemplos de Dados Pessoais que podem ser coletados pelo CSMV no âmbito de suas atividades, sua finalidade e seus meios de coleta:

Dados Pessoais	Finalidades	Meios de Coleta
<ul style="list-style-type: none"> Nome Documentos Pessoais Email Endereço Telefone Dados Acadêmicos Dados Profissionais Dados Bancários 	<ul style="list-style-type: none"> Prest. de Serviços Jurídicos Gestão de Fornecedores Gestão de Clientes Comunicação Institucional* Monitoramento Website Cumpr. de Obrig. Legais Segurança de TI Recrutamento e Seleção 	<ul style="list-style-type: none"> Cadastro no Website Conferências Telefônicas Reuniões Virtuais Reuniões Presenciais E-mails Cópias Físicas de Docs. Pastas Virtuais (Nuvem)

(*) O Consentimento para as ações de comunicação institucional será sempre obtido previamente ao início das ações e é sempre oferecido aos clientes o “opt-out”.

5. Dados Pessoais Sensíveis Coletados, Finalidade e Meios de Coleta

Considerando a atividade advocatícia desempenhada pelo CSMV, por vezes o Escritório terá acesso consentido a determinados Dados Pessoais Sensíveis de seus clientes, prestadores de serviços e parceiros de negócios. Neste sentido, abaixo estão alguns exemplos de Dados Pessoais Sensíveis que podem ser coletados pelo CSMV no âmbito de suas atividades, suas finalidades e seus meios de coleta:

Dados Pessoais Sensíveis	Finalidades	Meios de Coleta
<ul style="list-style-type: none"> Tipo Sanguíneo Origem Étnica Filiação a Sindicato Dados Genéticos Dados Biométricos Dados de Saúde 	<ul style="list-style-type: none"> Prest. de Serviços Jurídicos 	<ul style="list-style-type: none"> Conferências Telefônicas Reuniões Virtuais Reuniões Presenciais E-mails Cópias Físicas de Docs. Pastas Virtuais (Nuvem)

6. Dados Pessoais Gerados Pelo CSMV

Como produto dos serviços jurídicos prestados a clientes, ou mesmo no contexto de candidaturas a posições em aberto no CSMV por meio de nosso Website, o CSMV poderá gerar Dados Pessoais, que serão coletados e armazenados nos termos da presente Política.

Tais dados poderão ser gerados, por exemplo, quando da preparação de relatórios ou pareceres para clientes, que consistirem na análise e processamento/organização de

Dados Pessoais, ou no âmbito de processos seletivos de candidatos em que houver testes aplicados por ferramentas automatizadas por meio de internet.

Em todos os casos, sempre que houver Dados Pessoais gerados pelo CSMV, a presente Política será aplicável em todos os seus termos.

7. Bases Legais de Coleta e Tratamento de Dados Pessoais

O CSMV sempre se utilizará de uma das bases legais previstas na LGPD para o Tratamento de Dados Pessoais. Assim, dentre as bases legais possíveis, no exercício de suas atividades o CSMV poderá utilizar:

Consentimento – o Tratamento dos Dados Pessoais decorrerá de Consentimento expresso do Titular, obtido quando da contratação de nossos serviços ou quando um candidato se cadastrar a posições em aberto em nosso Website, sempre com a finalidade de Tratamento previamente estabelecida e informada. No caso de nossos clientes, o Consentimento consta de cláusula específica em nossas propostas e contratos. Em relação aos candidatos, o Consentimento será colhido por meio de *opt in checkboxes* quando da finalização do cadastro.

Obrigação Legal ou Regulatória – o Tratamento de Dados Pessoais decorrerá de lei ou regulamentação aplicável. Neste caso, o Titular será comunicado pelo CSMV que seus Dados Pessoais serão tratados com fundamento nesta base legal.

Execução de Contrato – o Tratamento de Dados Pessoais derivará de obrigação prevista em contrato com o CSMV em que o Tratamento de Dados Pessoais fizer parte do próprio objeto do contrato ou dos procedimentos preliminares relacionados ao contrato mantido com o CSMV.

Exercício Regular de Direitos em Processo Judicial – o Tratamento de Dados Pessoais ocorrerá no contexto do exercício ou defesa de direitos em processos judiciais, atividade típica de escritórios de advocacia.

8. Compartilhamento de Dados Pessoais com Terceiros Fornecedores

O CSMV poderá compartilhar Dados Pessoais de nossa Base de Dados com terceiros fornecedores, especificamente nos casos previstos na presente Política e sempre dentro dos limites legais e regulatórios aplicáveis. Abaixo seguem as hipóteses de compartilhamento de Dados Pessoais com terceiros:

Dados Pessoais Compartilhados	Terceiros Fornecedores
Dados Pessoais de Clientes – Base de Dados	Serviços Jurídicos – Correspondentes
Dados Pessoais Gerados – Base de Dados	Serviços – Paralegal
Dados Pessoais de Candidatos – Base de Dados	Serviços – Contabilidade
	Serviços – Peritos e Assistentes Técnicos
	Serviços – TI Suporte
	Serviços – TI Segurança
	Serviços – TI Manutenção
	Serviços – TI Armazenamento
	Serviços – TI Soluções Customizadas
	Serviços – TI Gestão de Documentos
	Serviços – TI Sistemas de Impressão
	Serviços – TI Hospedagem de Website
	Serviços – TI Recrutamento
	Serviços – Recrutamento
	Serviços – Arquivo Físico
	Serviços – Comunicações Institucionais *

(*) O Consentimento para as comunicações institucionais será sempre obtido previamente ao início das ações e é sempre oferecido aos clientes o “opt-out”.

Em qualquer caso de compartilhamento de Dados Pessoais com terceiros, os terceiros serão cientificados de que tais Dados Pessoais deverão sempre ser utilizados de acordo com a presente Política.

9. Compartilhamento de Dados Pessoais com Entidades do Poder Público

O CSMV poderá compartilhar Dados Pessoais armazenados em nossa Base de Dados com entidades do Poder Público em determinadas situações específicas, quando referido compartilhamento decorrer de obrigação legal ou regulatória, ou quando o compartilhamento dos Dados Pessoais for necessário para a (i) elaboração de relatórios de impacto à proteção de Dados Pessoais; (ii) realização de investigações; (iii) cumprimento de ordens judiciais; e (iv) para evitar e/ou tomar medidas para impedir a prática de atividades suspeitas ou ilegais (respeitado sempre nosso dever de sigilo profissional nos termos do Estatuto da Advocacia).

Nestes casos a ordem ou diretiva para compartilhamento de Dados Pessoais partirá diretamente da entidade do Poder Público.

10. Armazenamento e Segurança de Dados

Os Dados Pessoais coletados pelo CSMV podem ser armazenados (i) em meio físico no escritório do CSMV; (ii) em meio físico nos espaços contratados de terceiros fornecedores para arquivamento de documentos; (iii) em meio eletrônico nos servidores locais localizados no escritório do CSMV; ou ainda (iv) em meio eletrônico nos servidores virtuais (nuvem) contratados de terceiros fornecedores de ambientes virtuais.

Em qualquer hipótese de armazenamento, o CSMV desde já declara e garante aos seus clientes e fornecedores, e aos candidatos que compartilharem seus Dados Pessoais em processos seletivos, que medidas adequadas de segurança física e virtual são adotadas para preservar o sigilo, a segurança e a integridade dos Dados Pessoais coletados, bem como para prevenir qualquer tipo de ataque, acesso ou divulgação não autorizado, adulteração, perda e/ou eventuais outros incidentes de segurança de dados.

Neste contexto, empregamos soluções tecnológicas de segurança em nossa Base de Dados, incluindo firewalls, inspeção, varredura e filtragem de conteúdo de navegação de internet e emails, software antivírus, proteção contra malware, detecção e prevenção de intrusão e ameaças e controle de aplicativos.

Com relação ao acesso aos Dados Pessoais, restringimos o acesso físico e virtual ao menor número possível de profissionais do staff e de terceiros contratados para cuidar de um determinado caso ou para prestar um determinado serviço jurídico.

É importante frisar que não há atualmente meios tecnológicos para garantir a impenetrabilidade de sistemas. Muito embora entendamos que as medidas informadas acima são suficientes para preservar os Dados Pessoais coletados, não podemos fornecer garantias absolutas que nossa Base de Dados não será invadida e que, em caso de invasão, os Dados Pessoais não serão acessados, divulgados, alterados ou destruídos.

11. Prazos de Retenção de Dados Pessoais

De acordo com a LGPD não há um prazo mínimo ou máximo específico para retenção dos Dados Pessoais pelo Controlador. As regras legais estabelecem apenas um “*período de tratamento*” ao final do qual os Dados Pessoais coletados poderão ser mantidos pelo Controlador para finalidades específicas.

Tendo em vista a natureza do CSMV enquanto prestador de serviços jurídicos, entendemos que os Dados Pessoais que coletamos deverão ser mantidos em nosso Banco de Dados pelo prazo necessário para o cumprimento de nossas obrigações

profissionais, legais e/ou regulatórias. Neste sentido, seguem abaixo os tipos de Titulares cujos Dados Pessoais coletamos, bem como os prazos legais de armazenamento, data de início e fundamento legal:

Titular	Prazo de Retenção	Data de Início	Fundamento Legal**
Clientes (Contencioso)	5 anos	Conclusão do Serviço	Art. 206, §5º, II CC
		Cessação do Contrato	Art. 202, I CC
		Cessação do Mandato	Art. 240, §1º CPC
Clientes (Consultivo)	5 anos	Conclusão do Serviço	Art. 206, §5º, II CC
		Cessação do Contrato	Art. 202, I CC
		Cessação do Mandato	Art. 240, §1º CPC
Clientes (Comunicações Institucionais)	1 ano*	Opt-out	Art. 6, III LGPD Art. 15, II LGPD
Fornecedores	10 anos	Extinção do Contrato	Art. 205 CC
Fornecedores (Consumo)	5 anos	Extinção do Contrato	Art. 27 CDC
Candidatos (RH)	1 ano	Cadastro no Website	Art. 6, III LGPD Art. 15, II LGPD

(*) Não há um prazo específico na LGPD, considerou-se 1 (um) ano diante da natureza dos dados coletados para comunicação institucional como são dados cadastrais (nome, cargo, empresa, email, telefone, endereç o de contato).

(**) CC – Lei 10.406/2022 – Código Civil.

CPC – Lei 13.105/2015 – Código de Processo Civil.

CDC – Lei 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor.

12. Direitos dos Titulares

Os Titulares possuem direitos garantidos pela LGPD em rela o aos seus Dados Pessoais coletados, os quais seguem listados abaixo:

Confirmação de Tratamento – direito de solicitar a confirmação da existência ou não de atividades de Tratamento de Dados Pessoais. As seguintes informa es sobre as atividades de Tratamento de Dados Pessoais podem ser solicitadas pelos Titulares: (i)

quais Dados Pessoais estão sendo tratados; (ii) a origem dos Dados Pessoais tratados; e (iii) a finalidade das atividades de Tratamento de Dados Pessoais.

Acesso – direito de solicitar o acesso aos Dados Pessoais em nossa Base de Dados, podendo ser solicitada uma declaração completa acerca das atividades de Tratamento e informações adicionais sobre as atividades realizadas.

Correção – direito de solicitar a correção, alteração ou atualização dos Dados Pessoais em nossa Base de Dados quando estiverem incorretos ou incompletos.

Anonimização, Bloqueio ou Eliminação de Dados Desnecessários – anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários em nossa Base de Dados, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto na LGPD.

Eliminação de Dados Tratados sem Consentimento e sem Base Legal – direito de solicitar a eliminação dos Dados Pessoais armazenados sem Consentimento e sem base legal legítima para o seu uso.

Portabilidade – direito de requerer que os Dados Pessoais coletados sejam transferidos a outro prestador de serviço.

Revogação do Consentimento – revogação do Consentimento para Tratamento dos Dados Pessoais, a qualquer tempo.

Oposição ao Tratamento – direito de se opor ao Tratamentos de Dados Pessoais realizado, em caso de descumprimento ao disposto na LGPD ou por motivos relacionados a sua situação particular.

Os direitos dos Titulares poderão ser exercidos a qualquer tempo, de forma gratuita por meio de solicitação via e-mail direcionado ao nosso Encarregado de Tratamento de Dados Pessoais, no e-mail dpo@csmv.com.br.

13. Política de Resposta a Incidentes de Segurança

O CSMV mantém uma rigorosa política de redução de danos em hipotético caso de Incidente de Segurança com Dados Pessoais e adota ferramentas e técnicas para mitigar os riscos e efeitos de incidentes de segurança, tais como senhas fortes, criptografia, minimização dos dados coletados, atualização constante dos aplicativos, ferramentas técnicas de segurança, dentre outros.

Entretanto, em caso de verificação da ocorrência de um Incidente de Segurança com Dados Pessoais, o CSMV avaliará internamente o incidente, nas primeiras 24 (vinte e

quatro) horas a contar de sua ocorrência, com o objetivo de obter informações sobre a natureza, a categoria e a quantidade de Titulares e de Dados Pessoais afetados, bem como as consequências concretas e prováveis do incidente para os Titulares dos Dados Pessoais e para o CSMV, garantindo a preservação de todas as evidências do incidente de segurança.

Na hipótese de confirmação da violação da segurança dos Dados Pessoais, o CSMV comunicará o Titular dos Dados Pessoais afetados e a ANPD em até 48 (quarenta e oito) horas a contar de sua ocorrência, sem prejuízo de eventual notificação a terceiros, tais como polícia, autoridades regulatórias, seguradoras ou parceiros comerciais.

Não obstante, o CSMV adotará imediatamente medidas eficazes de contenção, erradicação e recuperação dos Dados Pessoais e seguirá todas as orientações que serão fornecidas pela autoridade nacional, com a finalidade de mitigar os efeitos do Incidente de Segurança. O Titular dos Dados Pessoais afetados será orientado pelo CSMV e devidamente informado sobre todas as etapas do procedimento relacionado à ocorrência do Incidente de Segurança.

14. Alterações desta Política de Privacidade e Proteção de Dados

O CSMV se reserva o direito de alterar total ou parcialmente a presente Política a qualquer tempo (observada sempre a legislação aplicável), inserindo a sua última data de atualização.

Recomendamos a consulta periódica à presente Política para verificar eventuais alterações. O uso do Website ou o fornecimento de Dados Pessoais ao CSMV por qualquer outro meio pressupõe a concordância do Titular com a presente Política de Privacidade e Proteção de Dados.
